

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-07-11

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Freire, A. & Santana Pereira, J. (2017). Integração europeia e alinhamentos partidários: o caso português como exemplo para as democracias do Leste Europeu. In Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinto (Ed.), *A europeização da democracia portuguesa*. (pp. 147-178). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Freire, A. & Santana Pereira, J. (2017). Integração europeia e alinhamentos partidários: o caso português como exemplo para as democracias do Leste Europeu. In Nuno Severiano Teixeira, António Costa Pinto (Ed.), *A europeização da democracia portuguesa*. (pp. 147-178). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

André Freire
José Santana Pereira

Capítulo 6

Integração europeia e alinhamentos partidários: o caso português como exemplo para as novas democracias do Leste europeu *

Introdução

As eleições europeias de 2004 representaram uma mudança importante na União Europeia (UE): devido ao alargamento, dez novos Estados membros participaram nessas eleições pela primeira vez. Isto significou um considerável alargamento do eleitorado que toma decisões a respeito da composição política do Parlamento Europeu, mas também a diversificação do número e tipo de eleições que tomam lugar nestas democracias. Oito desses países são democracias em processo de consolidação após a dissolução de regimes comunistas autoritários no início dos anos 90 (Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa). Nos anos que se seguiram, o alargamento das fronteiras da UE para leste (e sul) continuou: em 2007, aderiram à UE dois outros países pós-comunistas (Bulgária e Roménia), enquanto em 2013 a Croácia se tornou o 28.º Estado membro. Estes países organizaram as suas primeiras eleições para o Parlamento Europeu menos de vinte anos depois das suas primeiras eleições democráticas, sendo que, no caso dos países que integraram a UE em 2004, apenas cerca de catorze anos separam estes dois momentos.

As democracias recentes da Europa do Sul (Espanha, Grécia e Portugal) partilham com as democracias pós-comunistas algumas características que podem ser relevantes para o estudo das eleições europeias. Em primeiro lugar, estes países iniciaram a sua transição para a democracia em meados dos anos 70. Consequentemente, partilham com as novas democracias da Europa central e de Leste uma pesada herança de autorita-

rismo. Em segundo lugar, estes países organizaram as suas primeiras eleições europeias nos anos 80, ou seja, também pouco depois das suas primeiras eleições nacionais democráticas.

As democracias recentes do Sul da Europa constituem assim casos de estudo muito apropriado para a análise dos efeitos de curto e de longo prazo da ocorrência de eleições de segunda ordem no alinhamento partidário dos cidadãos (e correspondentes comportamentos de voto) em eleições de primeira ordem. Nas novas democracias do Leste europeu, o carácter recente da integração europeia não permite ainda uma análise longitudinal, visto que ainda só ocorreram duas ou três eleições europeias. Já nas democracias recentes da Europa do Sul, entre a adesão e o ano de 2014 tiveram lugar sete (Portugal e Espanha) ou oito (Grécia) eleições para o Parlamento Europeu.

O estudo empírico das eleições europeias recorre frequentemente ao enquadramento teórico do modelo das eleições de segunda ordem. Trata-se de um modelo proposto por dois politólogos alemães, Karlheinz Reif e Hermann Schmitt,¹ após as primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu, que tomaram lugar em 1979. As eleições de primeira ordem são aquelas em que o que está em jogo é muito importante tanto para os partidos como para os eleitores: falamos do controlo do poder executivo.² Já as eleições europeias são destinadas a eleger representantes que exercerão o seu mandato num distante e abstrato Parlamento Europeu. São, assim, eleições vistas como menos importantes, secundárias – eleições de segunda ordem. Devido a esta sua natureza, as eleições europeias são geralmente disputadas pelos mesmos atores políticos, que destacam as mesmas questões (nacionais) e tendem a dar menos espaço às questões europeias na comunicação política efetuada antes e durante a campanha eleitoral. Assim, nas eleições europeias, o comportamento eleitoral tende a ser estruturado pelos mesmos fatores do voto nas eleições nacionais de primeira ordem (no caso português, as eleições legisla-

¹ Karlheinz Reif e Hermann Schmitt, «Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results», *European Journal of Political Research*, 8, 1 (1980): 3-44.

² Michael Marsh, «Testing the second-order election model after four European elections», *British Journal of Political Science*, 28 (1998): 591-607; Wouter van der Brug e Cees van der Eijk, coords., *European Elections and Domestic Politics: Lessons from the Past and Scenarios for the Future* (Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 2007); Cees van der Eijk e Mark N. Franklin, coords., *Choosing Europe? The European Electorate and National Politics in the Face of the Union* (Ann Arbor, MI: Michigan University Press, 1996).

³ André Freire, «Second order elections and electoral cycles in democratic Portugal», *South European Society and Politics*, 9, 3 (2004): 54-79; André Freire, «Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1975-2004», *Análise Social*, xl, 177

tivas).³

Contudo, nem todos os constrangimentos contextuais ativos nas eleições de primeira ordem estão presentes nas eleições europeias. Por exemplo, não existem constrangimentos em termos de preocupações a respeito da formação de governo, já que as eleições europeias não têm consequências importantes para a política nacional (ou europeia). Assim sendo, os eleitores podem sentir-se mais livres para «votar com o coração» do que nas eleições de primeira ordem, em que mais frequentemente «votam com a cabeça».

Façamos um pequeno parêntesis para definir estes conceitos. De acordo com Mark Franklin, existem três modalidades de voto nas eleições europeias: «voto com a cabeça», «voto com o coração» e «voto com os pés».⁴ O voto com a cabeça toma lugar quando os eleitores têm em conta considerações estratégicas, tais como o desejo de não desperdiçar o seu voto com partidos que dificilmente terão uma palavra a dizer na formação do governo, ou de evitar que partidos que poderão ter um efeito destabilizador no parlamento elejam representantes. Por sua vez, o voto com o coração ocorre quando o eleitor vota no seu partido preferido (por motivos ideológicos ou outros), sem ter em conta qualquer consideração estratégica. Por fim, o voto com os pés é frequentemente uma expressão de protesto contra o governo em funções, a classe política, ou os programas e/ou os candidatos dos partidos nos quais os eleitores votariam normalmente, ou serve para indicar a contestação a uma determinada medida política.⁵

As eleições de segunda ordem constituem um contexto favorável a que os eleitores se afastem dos partidos em que normalmente votariam em eleições de primeira ordem, sem grandes consequências para o sistema político nacional. Obviamente, nas eleições para o Parlamento Eu-

(2005): 815-846; Freire e Santana-Pereira, «More second-order...»; Carlos Jalali e Tiago Silva, «Everyone ignores Europe? Party campaigns and media coverage in the 2009 European Parliament elections», in *Political Communication in European Parliamentary Elections*, coords. Michaela Maier, Jesper Strömbäck e Lynda Lee Kaid (Londres: Routledge, 2011), 111-127; Marina Costa Lobo, «Still second-order? European Parliament elections in Portugal», in *Contemporary Portugal: Politics, Society and Culture*, 2.^a ed., coord. António Costa Pinto (Nova Iorque: Columbia University Press, 2011): 249-274; Filipe Nunes, «Eleições de segunda ordem em Portugal: o caso das europeias de 2004», *Análise Social*, XL, 177 (2005): 795-813.

⁴ Mark Franklin, «The fading power of national politics to structure voting behaviour in elections to the European Parliament», comunicação apresentada na *Conferência sobre as Eleições Europeias de 2004*, Central European University, Budapeste, 21 de maio de 2005), 4-6, disponível em www.ees-homepage.net/papers.

⁵ Franklin, «The fading power...».

ropeu, a maioria dos eleitores vota com a cabeça, espelhando o seu comportamento eleitoral nas eleições de primeira ordem.⁶ Já o número de eleitores que votam com o coração ou com os pés varia de acordo com muitos fatores, especialmente o calendário do ciclo eleitoral nacional.

Qual é o resultado da existência desta oportunidade de abandonar os partidos em que se vota/votaria em eleições de primeira ordem? Franklin perspetiva dois possíveis impactos dessas oportunidades de deserção criadas pelas eleições europeias. Em primeiro lugar, é de esperar que haja um impacto na socialização política dos eleitores e um adiamento ou impedimento da formação de identificações partidárias fortes.⁷ Este efeito pode ser especialmente preocupante em novas democracias, criando sérios obstáculos à estabilização dos sistemas partidários, ao retardar ou mesmo impedir o estabelecimento de padrões estáveis de comportamento eleitoral. Em segundo lugar, «é possível que as diferentes experiências de socialização destes jovens eleitores venham a afetar o seu comportamento apenas nas eleições europeias, criando a consciência de que estas são eleições diferentes das nacionais e permitindo-lhes adquirir uma identificação partidária tão forte como a de coortes de eleitores mais velhas».⁸

Um estudo recente, que analisa medidas de volatilidade eleitoral criadas com base em dados agregados relativos a eleições ocorridas entre 1976 e 2004, observa apenas pequenas diferenças entre o que acontece em eleições de primeira ordem e europeias.⁹ No entanto, sabe-se que os índices de volatilidade baseados em dados agregados são medidas muito rudimentares dos fluxos eleitorais entre duas eleições (voltaremos a este assunto mais adiante neste capítulo).

O objetivo deste capítulo é o de analisar o impacto do comportamento eleitoral nas eleições europeias nos alinhamentos partidários em Portugal, olhando para o caso português como representativo das democracias recentes da Europa do Sul e tentando tirar ilações para as novas democracias do Centro e Leste europeus. Visto que o modelo de eleições de segunda ordem¹⁰ não faz quaisquer previsões em termos de inter-relações a longo prazo entre os comportamentos eleitorais em eleições na-

⁶ Franklin, «The fading power...».

⁷ Id., *ibid.*

⁸ Id., *ibid.* (nossa tradução).

⁹ Daniele Caramani, «Is there a European electorate and what does it look like? Evidence from electoral volatility measures, 1976–2004», *West European Politics*, 29, 1 (2006): 1-27.

¹⁰ Reif e Schmitt «Nine second-order...».

cionais e europeias, o nosso estudo pode ser um contributo valioso para este debate. A existência (ou ausência) de um impacto significativo, a longo prazo, do comportamento eleitoral em eleições europeias na identificação partidária pode ser de especial interesse para as novas democracias pós-comunistas, dada a importância de identificações partidárias fortes para a estabilização do sistema partidário.¹¹

A análise destes impactos não pode ser feita tão convenientemente através do estudo das novas democracias pós-comunistas, porque se trata de impactos a longo prazo¹² e, nestes países, a adesão ocorreu há ainda relativamente pouco tempo. Ao estudar Portugal, que conta já três décadas de integração europeia, podemos compreender o impacto das eleições europeias na estabilização das âncoras da identificação partidária em novas democracias, impacto esse que pode ser interessante para os Estados membros pós-comunistas. Assim, neste capítulo analisa-se o impacto do comportamento eleitoral nas eleições europeias em Portugal (enquanto exemplo das novas democracias do Sul da Europa) e tentam-se extrair algumas ilações para os novos Estados membros da UE, muitos dos quais são democracias em consolidação.

Depois de uma introdução sobre a natureza e as características das instituições políticas em Portugal (nomeadamente os sistemas eleitorais utilizados nos dois tipos de eleições em análise) procede-se à análise da especificidade do comportamento eleitoral nas eleições europeias em comparação com as escolhas eleitorais em eleições de primeira ordem, nomeadamente em termos do aproveitamento efetivo das oportunidades de deserção pelos eleitores. Em seguida, avalia-se o impacto do comportamento eleitoral em eleições europeias na identificação partidária em democracias recentes. A solidez das âncoras da identificação partidária será avaliada não apenas em termos de comportamento eleitoral, mas também em termos dos níveis de identificação partidária da população

¹¹ Ian Budge, Ivor Crewe e Dennis Farlie, orgs., *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition* (Londres, John Wiley & Sons, 1976); Samuel H. Barnes, Peter McDonough e Antonio Lopez Pina, «The development of partisanship in new democracies: the case of Spain», *American Journal of Political Science*, 29 (1985): 695-720; André Freire, «Left-right ideological identities in new democracies: Greece, Portugal and Spain in the Western European context», *Pôle Sud – Revue de science politique de l'Europe Méridionale*, 25, II (2006): 153-173; Richard Gunther e Juan R. Montero, «The anchors of partisanship: a comparative analysis of voting behaviour in four southern European countries», in *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, coords. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther (Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001), 83-152.

¹² Hermann Schmitt, «The European Parliament elections of June 2004: still second-order?», *West European Politics*, 28, 3 (2005): 650-679.

adulta portuguesa desde imediatamente antes da primeira eleição europeia até 2014. É necessária uma última nota: embora este capítulo se foque no caso português, sempre que pertinente serão fornecidos e analisados dados relativos à Grécia e à Espanha.¹³ Para além disso, as conclusões deste capítulo serão baseadas nos padrões empíricos identificados em termos de impacto da integração europeia nas vinculações partidárias em três democracias da Europa do Sul (Espanha, Grécia e Portugal).

O papel das eleições no sistema político português

O sistema político português é, desde 1976, semipresidencial;¹⁴ assim sendo, as duas únicas instituições com legitimidade eleitoral nacional e responsabilidade direta no processo de formação de governo são o presidente da República e o parlamento. O chefe de Estado é o presidente, eleito diretamente pelos cidadãos, que partilha o poder com o chefe do governo (primeiro-ministro), responsável perante o parlamento. Entre 1976 e 1982, o presidente da República detinha poderes significativos, dando origem a um equilíbrio pouco claro entre poderes presidenciais e parlamentares. Com a revisão constitucional de 1982 reduziram-se substancialmente alguns destes poderes, tornando o sistema mais parlamentar-presidencial.¹⁵ Esta interpretação não é, porém, totalmente consensual, havendo quem pense precisamente o contrário.¹⁶

Enquanto as eleições presidenciais servem para eleger um presidente da República, que detém poderes importantes (embora modestos em comparação com o semipresidencialismo francês ou com o semipresidencialismo português no período de 1976-1982), as eleições legislativas, em que se elegem 230 deputados à Assembleia da República, determinam,

¹³ Estes casos são analisados de maneira mais aprofundada em André Freire e Eftichia Teperoglou, «European elections and national politics: lessons from the ‘new’ Southern European democracies», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 17, 1 (2007):101-122; e «Eleições europeias e política nacional: lições das ‘novas’ democracias do Sul da Europa», *Perspetivas: Portuguese Journal of Political Science and International Relations*, 2 (2007): 29-54.

¹⁴ Marcel Duverger, «A new political system model: semi-presidential government», in *Parliamentary versus Presidential Government*, coord. Arend Lijphart (Oxford: Oxford University Press, 1980), 142-149.

¹⁵ Matthew Shugart e John Carey, *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics* (Cambridge: Cambridge University Press, 1992).

¹⁶ José Reis Novais, *Teoria do Sistema de Governo Semipresidencial*, vol. I (Coimbra: Almedina, 2007); José Reis Novais, *O Sistema Semipresidencial Português – Semipresidencialismo*, vol. II (Coimbra: Almedina, 2010).

em última análise, qual o partido que formará governo, quem será o primeiro-ministro e, portanto, quem exercerá o poder executivo. Estas são claramente as eleições mais importantes no sistema político português.

Em Portugal têm ainda lugar eleições menos importantes em termos da sua contribuição para o funcionamento do sistema político nacional. Estas eleições tomam lugar a nível autárquico, regional e europeu. As primeiras eleições autárquicas e regionais plenamente democráticas acontecem em 1976, no seguimento da promulgação da nova Constituição portuguesa, que prevê três níveis distintos de poder local – a freguesia, o concelho e as regiões administrativas especiais dos Açores e da Madeira.

Por sua vez, as primeiras eleições europeias em Portugal (e Espanha) ocorreram em junho de 1987, no seguimento da adesão à Comunidade Económica Europeia (1986). Desde então, os eleitores portugueses (e espanhóis) foram convidados a ir às urnas para eleger eurodeputados mais seis vezes. A importância destas eleições para a política nacional é, em Portugal, a mesma que em qualquer outro lado na UE: pouca ou nenhuma. São eleições de importância secundária para o funcionamento do sistema político tanto em termos de ordem constitucional como (quase sempre) em termos de consequências políticas.

Demonstrámos já, noutros locais, que quer as eleições europeias, quer as eleições autárquicas podem ser consideradas eleições de segunda ordem, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista dos seus efeitos práticos, empiricamente mensurados, e daí que, no presente capítulo, comparamos as legislativas com as europeias e as autárquicas.¹⁷

Os sistemas eleitorais nas eleições legislativas e europeias

Em Portugal, tanto as eleições legislativas como as europeias são disputadas de acordo com o sistema de d'Hondt de representação proporcional e listas fechadas.¹⁸ Desde 1976, a única mudança significativa introduzida no sistema eleitoral para as eleições legislativas foi a redução do número de deputados de 250 para 230, em 1991. Esta mudança resultou numa pequena redução na magnitude média dos círculos eleitorais: de 11,4 deputados por círculo entre 1975 e 1987 para 10,5 a partir

¹⁷ Freire «Second order elections...»; Freire, «Eleições de segunda ordem...».

¹⁸ Id., *ibid.*

de 1991.¹⁹ Este sistema eleitoral beneficia os grandes partidos (aqueles com mais de 25% dos votos), é relativamente justo para os partidos de média dimensão (com 15-25% de votos) e pode até permitir a representação de partidos muito pequenos (com 1,5%-3% de votos), devido à grande magnitude dos círculos eleitorais de Lisboa e do Porto.

As eleições europeias são disputadas num único círculo eleitoral, correspondente ao território nacional. O número de assentos atribuídos a Portugal no Parlamento Europeu tem variado ao longo das três últimas décadas, passando de 24/25 entre 1987 e 2004 para 22 em 2009 e 21 em 2014. O sistema eleitoral é de representação proporcional com listas fechadas. Poder-se-ia dizer que o sistema eleitoral usado nas eleições europeias não é tão justo para os partidos de pequena e média dimensão como o usado nas legislativas, devido à ausência de círculos de magnitude variável que facilitam a eleição de representantes por parte destes partidos nos círculos de maior magnitude. No entanto, a magnitude média dos círculos nas eleições legislativas (atualmente cerca de 10) não é tão elevada como nas eleições europeias (atualmente 21). Com exceção dos pequenos partidos com eleitorados concentrados em Lisboa e no Porto, os benefícios introduzidos pelas características do sistema eleitoral em vigor nas eleições legislativas não são evidentes.

Analisando as características dos sistemas eleitorais usados na Grécia e em Espanha em eleições legislativas (muito mais desproporcionais do que o português) e europeias (semelhantes ao português), conclui-se que na Grécia os pequenos e médios partidos têm uma maior probabilidade de fazer eleger deputados nas eleições europeias do que nas eleições legislativas.²⁰ No caso da Espanha, esta premissa só é verdadeira para os pequenos e médios partidos cujos eleitorados estão geograficamente dispersos [Partido Comunista de Espanha/Esquerda Unida (PCE/IU – Partido Comunista de España/Izquierda Unida) e Centro Democrático e Social (CDS – Centro Democrático y Social)]. No caso dos partidos regionalistas, estes beneficiam da concentração geográfica do seu eleitorado nas eleições nacionais, mas têm mais dificuldade em obter representação no Parlamento Europeu, motivo pelo qual costumam concorrer às eleições europeias em coligação.²¹

¹⁹ Contudo, é de salientar que a magnitude dos círculos eleitorais portugueses varia consideravelmente. Para mais detalhes, v. Fernando Farelo Lopes e André Freire, *Partidos políticos e Sistemas Eleitorais: uma Introdução* (Lisboa: Celta, 2002), 135-143.

²⁰ Freire e Teperoglou, «European elections...», e «Eleições europeias...».

²¹ Gabriel Colomé, «Espagne», in *Dictionnaire des élections européennes*, coord. Yves Déloye (Paris: Economica, 2005), 238-242; Roberto Espindola e Fabio Garcia, «Spain», in *The 2004 Elections to the European Parliament*, coord. Juliet Lodge (Houndmills: Palgrave Macmillan, 2005), 230-238.

Os sistemas partidários nas eleições legislativas e europeias

Ao longo das últimas quatro décadas, a política portuguesa tem sido dominada por quatro partidos: o Partido Socialista (PS), de centro-esquerda, o Partido Social Democrata (PSD), de centro-direita, o ortodoxo Partido Comunista Português (PCP) e o partido de direita CDS-Partido Popular (CDS-PP).²² Nos últimos quinze anos, juntou-se a este grupo, enquanto partido com representação nos parlamentos nacional e europeu, o Bloco de Esquerda (BE). Para além destes partidos, têm participado nos processos eleitorais pequenos partidos tanto de esquerda como de direita.

Os primeiros anos da democracia portuguesa foram marcados pela existência de um sistema partidário relativamente fragmentado, típico de um regime democrático consensual.²³ A partir de 1987 verificou-se uma transformação fundamental no sistema partidário português, que parecia estar a tomar uma direção maioritária. Este padrão pode ser verificado na quadro 6.1, nomeadamente através da observação da proporção de votos nos dois maiores partidos (a soma das percentagens de votos no PS e no PSD em cada eleição) e pela análise do número efetivo de partidos eleitorais (NEPE) e do número efetivo de partidos parlamentares (NEPP). A partir de 1987, o formato do sistema partidário português mudou consideravelmente: os dois principais partidos conseguem agregar sempre mais de 70% dos votos (em vez dos 55-65% no período de 1975-1985), o número efetivo de partidos eleitorais decresce, passando de 4 a 5 no período supracitado para 3, e o número efetivo de partidos parlamentares passa a situar-se em torno dos 2,5, em contraste com os 3-4 observados na primeira década da democracia portuguesa. Em suma,

²² Thomas C. Bruneau *et al.*, «Democracy, Southern European style», in *Parties, politics and Democracy in New Southern Europe*, coords. Nikiforos Diamandouros e Richard Gunter (Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 2001), 16-83.

²³ Sobre as definições dos modelos de democracia, «democracia maioritária» e «democracia consensual», e a sua aplicação e periodização na democracia portuguesa, v. André Freire, «Minority representation in Portuguese democracy», *Portuguese Journal of Social Science*, 6, 3 (2007): 193-211, «A new era in democratic Portugal? The 2009 European, legislative and local elections», *South European Society and Politics* 15, 4 (2010): 593-613, e «A representação das minorias na democracia portuguesa», in *O Sistema Político Português, Séculos XIX-XXI: Continuidades e Ruturas*, coord. André Freire (Coimbra: Almedina, 2014), 213-256.

Portugal parecia estar a percorrer um caminho em direção ao bipartidarismo.

No entanto, os resultados das eleições legislativas de 2009 representaram uma mudança nesta tendência maioritária. O PS obteve a percentagem de votos mais baixa conseguida pelo partido mais votado (36,6%) desde 1987 (a segunda mais baixa foi em 2002, quando o PSD obteve 40,2%) e os dois maiores partidos, em conjunto, obtiveram a percentagem de votos mais baixa desde 1987 (65,7%; a segunda mais baixa foi de 72,4% em 1987). O NEPE atingiu o valor mais elevado desde 1987 (4,1) e, ao nível dos assentos parlamentares, a situação também se modificou significativamente: o NEPP atingiu o seu nível mais elevado desde 1987 (3,3).²⁴ As eleições de 2011²⁵ e 2015²⁶ vieram confirmar o fim da deriva bipartidária, com um aumento do número efetivo de partidos eleitorais e parlamentares, que regressam, em 2015, a valores próximos dos observados no início da década de 80 (quadro 6.1).

Com exceção dos governos apartidários, de iniciativa presidencial, nomeados pelo presidente Ramalho Eanes em finais dos anos 70, o PS e o PSD sempre controlaram o governo. Estes partidos governaram sozinho (PS: 1976-1977, 1995-2002, 2005-2009, 2009-2011; 2015-; PSD: 1985-1995) ou em coligação (PS-CDS: 1977-1978; PSD-CDS-PPM: 1979-1983; PS-PSD: 1983-1985; PSD-CDS-PP: 2002-2005, 2011-2015). A mudança de uma democracia consensual para uma democracia tendencialmente maioritária, a partir de 1987 (inclusive) comporta mudanças a vários níveis: passa-se de um sistema partidário fragmentado para um quase bipartidarismo, de governos de coligação (ou minoria) instáveis para maiorias de um só partido (na maioria das vezes) e governos relativamente estáveis, e de um parlamento (e presidente) fortes para um governo (primeiro-ministro) forte.²⁷

²⁴ Freire e Teperoglou, «European elections (...)»; André Freire, «A new era in democratic Portugal? The 2009 European, legislative and local elections», *South European Society and Politics* 15, 4 (2010): 593-613.

²⁵ André Freire e José Santana Pereira «Portugal, 2011: the victory of the neoliberal right, the defeat of the left», *Portuguese Journal of Social Sciences*, 11, 2 (2012): 179-187; Pedro C. Magalhães, «The elections of the great recession in Portugal: performance voting under a blurred responsibility for the economy», *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24, 2 (2014): 180-202.

²⁶ Marco Lisi e Jorge Fernandes, «O adeus ao ‘arco de governação’? As eleições legislativas de 2015», in *As Eleições legislativas no Portugal Democrático, 1975-2015*, coord. Marco Lisi (Lisboa: Assembleia da República, 2015), 291-309.

²⁷ Bruneau *et al.* «Democracy, Southern European style (...)»; Freire, «Mudança do sistema partidário...», e «A new era...»; Freire e Teperoglou, «European elections...».

Quadro 6.1 – Desproporcionalidade, concentração dos votos nos maiores partidos e número efetivo de partidos eleitorais (NEPE) e parlamentares (NEPP) nas eleições legislativas portuguesas (1975-2015)

Anos	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991
Desproporcionalidade*	5,7	3,7	3,7	3,9	3,0	3,6	6,1	6,1
PS + PSD (% de votos)	64,3	59,0	55,3	56,5	63,4	50,6	72,4	79,7
NEPE**	3,7	4,0	4,7	4,6	3,7	4,8	3,0	2,8
NEPP***	2,9	3,4	3,9	4,0	3,4	4,2	2,4	2,2
Anos (continuação)	1995	1999	2002	2003	2009	2011	2015	
Desproporcionalidade	4,6	4,9	4,6	5,8	5,6	6,9	7,6	
PS + PSD (% de votos)	77,8	76,3	78,0	73,8	65,7	66,7	64,3	
NEPE	3,1	3,1	3,2	3,3	4,1	4,0	4,6	
NEPP	2,6	2,6	2,6	2,6	3,3	2,9	3,3	

Fonte: Dados das estatísticas eleitorais oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e da Direção-Geral da Administração Interna (DGAI-MA), ex STAPE-MAI, tratados em Freire «European integration...»; André Freire, «The condition of Portuguese democracy during the troika's intervention, 2011-2015», artigo integrante do *dossier* «Political parties, institutions and civil society: the economic crisis and the evolution of Southern Europe political systems», *Portuguese Journal of Social Science*, 15, 2 (2016).

Notas: Cálculos baseados em dados disponibilizados em www.cne.pt e <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/>.

* Índice de quadrados mínimos = $\sqrt{(\sum (S_i - V_i)/2)}$. S_i e V_i – percentagem de assentos e votos para cada partido, respetivamente [v. Michael Gallagher, «Proportionality, disproportionality and electoral systems», *Electoral Studies*, 10, 1 (2009): 33-51].

** NEPE = $1 / \sum V_i^2$, em que V_i representa a proporção de votos por partido i . Dados elaborados pelos autores usando a fórmula proposta em Markku Laakso e Rein Taagepera, «Effective number of parties: A measure with application to West Europe», *Comparative Political Studies*, 12, 1 (1979): 3-27.

*** NEPP = $1 / \sum S_i^2$, em que S_i representa a proporção de assentos por partido i . Dados elaborados pelos autores usando a fórmula proposta por Laakso e Taagepera, «Effective number of parties...».

De facto, a estabilidade dos governos melhorou substancialmente entre 1987 e 2009.²⁸ Durante este período apenas os governos do PS (1999-2002) e da coligação PSD/CDS-PP (2002-5) não terminaram os seus mandatos. Em 30 de novembro de 2004, no seguimento de uma série de problemas com o desempenho do governo, o presidente da República anunciou a sua intenção de convocar eleições em fevereiro de 2005, nas quais o PS obteve a sua primeira maioria absoluta. Seguiu-se uma longa legislatura (54 meses)²⁹ com o PS a liderar um governo de

²⁸ Bruneau *et al.*, «Democracy, Southern European style...»; Freire «Mudança do sistema partidário...».

²⁹ Devido a uma mudança legislativa que apontava para a necessidade de os mandatos governamentais terminarem em setembro para que o novo governo pudesse preparar o seu orçamento.

maioria de um só partido. Foi esta legislatura - a décima – que esteve sob escrutínio no ciclo de eleições em 2009. Os resultados das legislativas deste ano levaram a uma considerável redução da bancada parlamentar do PS, que passou a ter de governar em minoria.

Em 2011, pouco antes do pedido de resgate financeiro, o governo de Sócrates cai; as eleições antecipadas de julho dão a vitória ao PSD, que, contudo, não consegue uma maioria dos assentos parlamentares e opta, por isso, por formar uma coligação com o CDS-PP.³⁰ O governo de coligação, que implementou duras medidas de austeridade e conheceu derrotas nas autárquicas de 2013 e europeias de 2014,³¹ conseguiu chegar ao fim do seu mandato, e os partidos que o suportavam foram mesmo a primeira força política nas eleições de outubro de 2015 (lista «Portugal à Frente» - PàF, PSD e CDS-PP). No entanto, tendo perdido 12 pontos percentuais em relação a 2011 e sem possibilidades de entendimento com os partidos de esquerda e centro-esquerda no parlamento, o segundo governo da coligação durou pouco menos de duas semanas e foi substituído por um governo de minoria do PS com o apoio parlamentar do BE e da CDU (PCP e PEV). Portugal aproximou-se, assim, de um modelo de parlamentarismo de contrato que é bastante comum no Norte da Europa.³² Em termos de alianças, Portugal convergiu também com o resto da Europa ocidental depois da queda do muro de Berlim, ao formar-se uma aliança governativa entre o PS (governo minoritário), o BE, o PCP e o PEV («partidos de suporte» no parlamento).³³

Note-se que as eleições legislativas de 2015 foram marcadas pela maior desproporcionalidade de sempre na democracia portuguesa, fruto da participação de vários partidos mal sucedidos em termos de conversão de votos em mandatos e alvo de fraca cobertura mediática, bem como pela maior fragmentação partidária (NEPE e NEPP) e menor concentração de voto nos dois maiores partidos de toda a democracia portuguesa pós-

³⁰ Magalhães «The elections of the great recession...»

³¹ Freire e Santana Pereira «More second-order...».

³² Nicholas Aylott e Torbjörn Bergman, «Almost in government, but not quite: the Swedish Greens, bargaining constraints and the rise of contract parliamentarism», ECPR joint sessions, 2004, Uppsala, Sweden; Tim Bale e Torbjörn Bergman, «Captives no longer, but servants still? Contract parliamentarism and the new minority governance in Sweden and New Zealand», *Government and Opposition*, 41, 3 (2006): 422-449.

³³ Luke March e André Freire, *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa: Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?* (Porto, Quid Novi, 2012); André Freire, «Crise e transformação nas esquerdas europeias, antes e depois do fim dos regimes do »socialismo realmente existente» (1989-1991)», in *O Fim da URSS, a Nova Rússia e a Crise das Esquerdas*, coord. Pedro Aires Oliveira (Lisboa: Colibri, 2013), 247-302.

-1985. Na verdade, do ponto de vista da fragmentação partidária, há uma espécie de regresso ao período da democracia consensual (1976-1987), uma tendência que se notava já pelo menos desde 2009, mas que se afirmou em 2015.³⁴

Será que os desenvolvimentos no sistema partidário decorrentes das eleições legislativas são também observáveis nas eleições europeias (e locais)? Para responder a esta pergunta analisámos as tendências em termos de concentração de votos e número efetivo de partidos nas eleições europeias e autárquicas desde a década de 70 até aos dias de hoje (quadros 6.2 e 6.3).³⁵ A tendência maioritária do sistema partidário português ao nível das eleições legislativas, visível na concentração de votos nos dois maiores partidos e no declínio do número efetivo de partidos eleitorais e parlamentares, refletiu-se tanto nas eleições europeias como nas autárquicas, embora com algum atraso. Esta tendência tornou-se primeiro evidente a nível legislativo, antes de se repercutir nos níveis europeu e autárquico, e teve lugar sem nenhuma mudança significativa do sistema eleitoral, sendo apenas devida às mudanças nos padrões de comportamento eleitoral.

A inversão de tendência nas legislativas, no sentido de um regresso à política consensual, acontece de forma sincronizada, em 2009, em termos de eleições europeias e legislativas, mas não nas autárquicas que tomam lugar naquele mesmo ano. De facto, alguns dos padrões observados nas eleições de 27 de setembro de 2009 tinham sido já identificados nas eleições europeias de 13 de junho de 2009. Nas eleições europeias de 2009, o índice do NEPE (que considera o número de partidos ponderado pela respetiva força eleitoral) atingiu o valor de 5, o mais elevado desde 1987 e bem acima do segundo valor mais elevado (4,4, observado em 1989). Entre 1994 e 2004, o índice do NEPE esteve sempre abaixo de 3,8. Como vimos acima, esta brusca inversão da tendência maioritária foi replicada nas eleições legislativas de setembro de 2009, nas quais o NEPE atingiu 4,1, o valor mais elevado desde 1987. Embora seja mais baixo do que o valor obtido nas eleições europeias do mesmo ano, este valor é, contudo, mais alto do que o verificado no «período consensual» das eleições de 1975, 1976 e 1983 (quadro 6.1). As eleições europeias (2014) e legislativas

³⁴ Freire «The condition of Portuguese...».

³⁵ Para seguir a evolução de cada um dos quatro maiores partidos portugueses e comparar o desempenho dos grandes e médios/pequenos partidos ao longo de diferentes tipos de eleições utilizámos as mesmas regras para desagregação dos votos em coligações apresentadas em Freire, «Second-order elections...».

Quadro 6.2 – Desproporcionalidade, NEPE e NEPP: eleições europeias em Portugal (1987-2014)

	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014
Desproporcionalidade*	4,3	5,6	4,4	5,4	4,7	5,4	7,4
NEPE**	4,3	4,4	3,7	3,3	3,5	5,0	5,7
NEPP***	3,6	3,4	3,2	2,7	2,9	3,8	3,8

Fonte: V. quadro 6.1.

Notas (*, **, ***): v. quadro 6.1.

(2011 e 2015) que se seguiram representam alguma continuidade neste processo de retorno à política consensual (quadros 6.1 e 6.2).

A médio e longo prazo, as eleições de primeira ordem parecem estar a contaminar as eleições europeias, sendo este um fenómeno não previsto pelo modelo das eleições de segunda ordem, uma vez que este modelo não faz quaisquer previsões longitudinais.³⁶ Contudo, 2009 também demonstrou a possível ocorrência de uma influência oposta: as mudanças no formato do sistema partidário começaram nas eleições europeias (junho de 2009) e refletiram-se nas legislativas (setembro de 2009). A mudança do sistema partidário é claramente um elemento de continuidade entre as eleições europeias e legislativas de 2009. Embora as repercussões das tendências observáveis nas eleições legislativas, ao nível do sistema partidário, nas eleições europeias não fossem previstas pelo modelo de eleições de segunda ordem, este é um fenómeno que pode ser integrado nesse quadro teórico. Devemos ter em mente que, para os partidos, as eleições de primeira ordem são mais importantes do que as eleições europeias em termos de recursos financeiros estatais, de visibilidade dos meios de comunicação e de estrutura organizacional.³⁷ Assim sendo, se alguns partidos perderem a sua força em eleições legislativas, esse facto tenderá a contaminar outros níveis de poder.

Nas eleições autárquicas de outubro de 2009, ao contrário do que acontecera no rescaldo dos outros dois momentos eleitorais desse ano,

³⁶ Para mais detalhes, bem como para uma comparação sistemática do caso português com a Grécia e a Espanha, em que se chegou a conclusões semelhantes para a Espanha, mas não para a Grécia (devido à presença de um forte sistema de dois partidos desde os anos 1970), v. Freire e Teperoglou, «European elections...».

³⁷ Yves Déloye, coord., *Dictionnaire des élections européennes* (Paris: Economica, 2005); Espindola e Garcia, «Spain»...; Dimitris Kavakas, «Greece», in *The 2004 Elections to the European Parliament*, coord. Juliet Lodge (Houndmills: Palgrave Macmillan, 2005); van der Eijk e Franklin, «Choosing Europe?...»; José M. Magone, «Portugal», in *The 2004 Elections to the European Parliament*, coord. Juliet Lodge (Houndmills: Palgrave Macmillan, 2005).

Quadro 6.3 – Desproporcionalidade, NEPE e NEPP: eleições autárquicas em Portugal (1976-2013)

Anos	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997
Desproporcionalidade*	6,9	6,2	5,8	6,4	4,7	4,9	4,5
NEPE**	4,4	4,1	4,2	4,2	3,6	3,4	3,4
NEPP***	3,5	3,5	3,6	3,4	2,9	2,9	2,7
Anos (continuação)	2001	2005	2009	2013			
Desproporcionalidade*	5,2	7,8	5,6	6,9			
NEPE	3,7	3,7	3,4	4,1			
NEPP	2,9	2,6	2,8	3,0			

Fonte: V. quadro 6.1.

Notas (*, **, ***): v. quadro 6.1.

Para 2001-2013, cálculos revistos dos autores baseados em dados disponibilizados em www.cne.pt e <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/>.

o índice do NEPE baixa efetivamente em relação a 2005 (quadro 6.3). Os motivos deste desvio nas eleições autárquicas são vários e saem do âmbito do presente capítulo. Contudo, avançamos aqui algumas possíveis explicações. Primeiro, devemos ter em consideração que as eleições autárquicas são mais desproporcionais: os valores médios de desproporcionalidade para o período completo são de 5,1% para as legislativas (1975-2015), de 5,3% para as europeias (1987-2014) e de 5,9% nas autárquicas (1976-2013). Uma das principais razões para este facto é a magnitude média dos círculos eleitorais, muito mais baixa nas eleições autárquicas do que nas europeias ou legislativas. Para além disso, nas eleições autárquicas ocorrem 308 competições (ao nível concelhio), o que é logisticamente muito exigente para os pequenos partidos. Em terceiro lugar, o contexto nacional tem muito menos peso nas eleições autárquicas. Por fim, a punição do governo em exercício (nomeadamente através do voto em partidos mais pequenos) terá sido bastante reduzida nas eleições locais de 2009, devido ao facto de a eleição legislativa ter ocorrido pouco antes.³⁸ Em 2013, o impacto do regresso à política consensual nas legislativas tem finalmente um seguimento a nível local: o NEPE atinge o valor de 4,1, sendo o mais alto desde 1989. Semelhante evolução não acontece no NEPP, devido ao facto de estas terem sido eleições particularmente desproporcionais.

Passemos agora à análise do desempenho dos partidos políticos nos diversos tipos de eleições de acordo com a sua dimensão, com o propó-

³⁸ Freire, «A new era...».

sito de testar alguns pressupostos do modelo das eleições de segunda ordem.³⁹ A primeira hipótese a ser testada é aquela que estabelece que, em média, os partidos pequenos (vários, de esquerda e direita) e médios (PCP, CDS-PP e BE a partir de 1999 e PRD nos anos 80) têm um melhor desempenho (isto é, recebem maior percentagem de votos) nas eleições europeias do que nas legislativas. A segunda hipótese postula que os grandes partidos (PS e PSD) apresentam melhores desempenhos nas eleições legislativas do que nas europeias.

Em termos gerais, ambas as hipóteses são confirmadas no caso português (quadro 6.4).⁴⁰ É oportuno, no entanto, fazer algumas especificações. Em primeiro lugar, o PS e o PSD têm um melhor desempenho nas eleições legislativas do que nas europeias, mas este diferencial foi mais pronunciado nos anos 2000 (+ 8) e no primeiro quinquénio da década seguinte (+ 12) do que nos anos 90 (+ 6,2). Convém sublinhar que as eleições dos anos 1980 não são totalmente comparáveis às dos anos 90 e 2000, nomeadamente devido à presença do PRD (Partido Renovador Democrático) nas disputas eleitorais. Pelo contrário, os dois partidos de média dimensão mais antigos (PCP e CDS-PP) sempre tiveram um melhor desempenho nas eleições europeias do que nas legislativas, mas esta diferença foi muito menos pronunciada nos últimos anos. Quanto ao BE, este padrão observa-se na década de 2000 mas não em 1999 (ano em que a afirmação do partido está em crescendo, levando a um melhor resultado nas legislativas de outubro do que nas europeias de junho) nem nos últimos cinco anos, que testemunharam um resultado pouco expressivo do partido nas europeias (exceto em 2009) e resultados altamente díspares nas legislativas – um decréscimo da relevância eleitoral em 2011 e o melhor resultado de sempre em 2015.

Por último, os partidos muito pequenos (tanto à esquerda, como à direita) tiveram sempre um melhor desempenho nas eleições europeias do que nas legislativas, mas estas diferenças foram particularmente pronunciadas nos últimos quinze anos. Convém salientar os excelentes resultados dos partidos pequenos nas europeias de 2014, fruto da afirmação de novos partidos, como o LIVRE e o PAN, e uma escolha acertada do MPT para a liderança da lista de candidatos a eurodeputados (Marinho Pinto),

³⁹ Marsh, «Testing the second order...»; Reif e Schmitt, «Nine second order...»; van der Eijk e Franklin, «*Choosing Europe?*...».

⁴⁰ Para mais pormenores, bem como para uma comparação sistemática do caso português com a Grécia e a Espanha, em que chegaram a conclusões semelhantes para a Grécia, mas não para Espanha (devido aos partidos regionalistas/nacionalistas), v. Freire e Tepe-roglou, «European elections...».

Quadro 6.4 – Percentagens médias de votos dos partidos políticos nas eleições legislativas, europeias e autárquicas, 1980-2015

Partidos políticos	Tipo de eleições	Década 1980	Década 1990	Década 2000	2011-2015
PS + PSD (grandes partidos)	Legislativas	61,1	77,9	72,5	65,5
	Europeias	60,1	71,7	64,5	53,5
	Autárquicas	63,4	74,2	74,9	66,3
PCP + CDS (partidos de média dimensão)	Legislativas	26,5	16,1	16,2	17,2
	Europeias	27,7	21,1	17,6	18,4
	Autárquicas	29,5	20,5	15,5	16,2
PRD (partido de média dimensão)	Legislativas	11,5	0,6	–	–
	Europeias	4,4	0,2	–	–
	Autárquicas	2,8	–	–	–
BE (partido de média dimensão)	Legislativas	–	2,4	6,3	7,7
	Europeias	–	1,8	7,8	4,6
	Autárquicas	–	–	2,1	2,5
Outros: esquerda e direita (pequenos partidos e, nas autárquicas a partir de 2001, grupos de cidadãos)	Legislativas	4,1	2,9	2,1	5,7
	Europeias	6,6	3,4	4,7	15,9
	Autárquicas	1,7	3,3	3,1	8,2

Fonte: Freire, «European integration...». Atualização dos autores para 2011-2015.

Nota: Sobre os procedimentos utilizados para desagregar coligações, v. Freire, «Second-order elections...» e Freire e Teperoglou, «European elections...».

que permitiu que este partido ultrapassasse mesmo o BE em termos de percentagem de votos e mandatos europeus.

Na década de 90, as eleições autárquicas costumavam ser semelhantes às europeias: bons resultados para os partidos de média dimensão e maus resultados para os maiores partidos (em comparação com os resultados obtidos nas anteriores legislativas). No entanto, este não foi o caso nos últimos quinze anos, em que a prestação dos maiores partidos tende a ser ligeiramente melhor nas autárquicas do que nas legislativas (coisa que também acontece na década de 1980). Na década de 2000 e no período 2011-2015, os partidos de média dimensão têm resultados mais expressivos nas legislativas do que nas autárquicas, sendo apenas os partidos pequenos a apresentar um melhor desempenho nas disputas eleitorais locais. Mais uma vez, os motivos para este último desvio nas eleições autárquicas são diversos e vão para além do âmbito deste capítulo.

O impacto a longo prazo dos comportamentos de voto nas âncoras da identificação partidária

Como vimos, as eleições europeias fornecem oportunidades para os eleitores se afastarem dos partidos em que normalmente votariam em eleições legislativas, permitindo-lhes votar com o coração ou com os pés, em vez de com a cabeça.

Franklin prevê dois possíveis efeitos dessas oportunidades de deserção nas eleições europeias. Em primeiro lugar, o uso da oportunidade de deserção nas eleições europeias irá afetar a socialização dos eleitores jovens, tanto nas eleições europeias como nas legislativas, e tal retardará ou impedirá a aquisição de uma identificação partidária sólida. Este efeito pode dificultar a estabilização dos sistemas políticos e partidários nas novas democracias atrasando (ou mesmo impedindo) o estabelecimento de padrões estáveis de comportamento eleitoral. Em segundo lugar, o uso das oportunidades de deserção pelos jovens eleitores poderá afetar o seu comportamento apenas nas eleições europeias, permitindo-lhes, pois, adquirir «uma identificação partidária tão forte nas eleições nacionais como as coortes de eleitores anteriores».⁴¹

Na secção anterior deste capítulo vimos que nas democracias recentes da Europa do Sul os eleitores parecem utilizar a oportunidade de deserção nas eleições europeias, visto haver variações significativas nos resultados dos partidos em eleições legislativas e de segunda ordem. No entanto, os dados anteriormente analisados constituem medidas pouco precisas da deserção, dado que não têm em conta as transferências de votos a nível individual, que se anulam mutuamente e, portanto, não são visíveis a nível agregado. Consequentemente, torna-se necessário avaliar os níveis de deserção nas eleições europeias também através da utilização de dados de nível individual. Ou seja, nesta secção usaremos quer dados individuais, quer dados agregados para medir a volatilidade eleitoral, numa espécie de vai-e-vem de validações cruzadas.

Começamos por recorrer a indicadores de *quasi-switching*, criados através da comparação do comportamento de voto nas eleições europeias reportado pelos inquiridos com a intenção de voto numa eleição nacional hipotética e simultânea. Quando os eleitores afirmam votar em partidos distintos nas europeias e numa hipotética eleição legislativa simultânea, estão a fazer *quasi-switching*. A expectativa é a seguinte: «Serão

⁴¹ Franklin, «The fading power...» (nossa tradução).

observados níveis crescentes de *quasi-switching* à medida que a passagem do tempo faz com que os eleitores que adquiriram hábitos de voto mais rígidos deixem o eleitorado (por morte ou doença) e que o número de eleitores que experienciaram eleições europeias durante a sua socialização aumente».⁴²

De acordo com Franklin,⁴³ os níveis de *quasi-switching* em 1989, 1994, 1999 e 2004 variam entre os 8 e os 12% na Grécia, enquanto que em Portugal variam entre os 8 e os 43% (valor atípico observado em 2004; o segundo valor mais elevado é de cerca de 12%). Em Espanha, os níveis de *quasi-switching* são um pouco mais altos, sendo o valor mais baixo de 11% e o valor mais alto 22%. Excetuando o caso de Portugal, que apresenta um nível surpreendentemente elevado em 2004, não há um aumento geral em termos de *quasi-switching* e não existem tendências lineares neste período. Assim, a magnitude do *quasi-switching* parece depender do contexto político.

Os dados analisados por Franklin revelam alguma propensão por parte dos eleitores para mudar o sentido do seu voto nas eleições legislativas nacionais. Contudo, é necessário salientar que este indicador de *quasi-switching* é apenas uma aproximação aos verdadeiros níveis de comportamento eleitoral desleal: os eleitores não sentem o mesmo grau de constrangimento numa eleição nacional hipotética e numa eleição real.

Terá este aparente comportamento eleitoral desleal tido algum impacto nas escolhas de voto em eleições legislativas? Se sim, terá tido consequências importantes em termos da estabilização dos sistemas políticos e partidários em Portugal (e nas novas democracias da Europa do Sul), atrasando ou mesmo comprometendo o estabelecimento de padrões estáveis de comportamento eleitoral? Para responder a estas questões, usam-se tanto medidas agregadas da volatilidade eleitoral como indicadores do grau de ancoragem social e ideológica da identificação partidária a nível individual.

A nível agregado, serão analisados os níveis de volatilidade eleitoral total e interbloco.⁴⁴ Considerando que as eleições de segunda ordem podem ser usadas pelos eleitores para expressar o seu descontentamento com o governo em exercício, e considerando que estas eleições não têm consequências diretas para a formação do governo nacional, é possível

⁴² Franklin, «The fading power...» (nossa tradução).

⁴³ Id., *ibid.*

⁴⁴ Stefano Bartolini e Peter Mair, *Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilization of European Electorates, 1885-1985* (Cambridge: Cambridge University Press, 1990), 17-52 e 313-314.

que os eleitores se sintam mais propensos a mudar o seu sentido de voto em eleições de segunda ordem. Acreditamos que isto possa acontecer tanto em termos de mudança de voto dentro do mesmo quadrante ideológico (volatilidade intra bloco) como em termos de uma mudança que representa o atravessar da fronteira esquerda/direita (volatilidade interbloco). O indicador de volatilidade total numa eleição inclui tanto a volatilidade intrabloco como a volatilidade interbloco.

Em Portugal, a análise destes indicadores relativos ao período de 1975-2015 não permite corroborar completamente as nossas expectativas (quadros 6.5, 6.6 e 6.7). A volatilidade total é apenas ligeiramente maior nas eleições europeias (média = 12,5) do que nas eleições legislativas (média = 12), embora seja muito mais elevada em relação às autárquicas (média = 7). Se analisarmos apenas as eleições legislativas que ocorreram em simultâneo ou depois das primeiras europeias, verificamos que a volatilidade é até mais elevada nas primeiras (média = 13,4). No que respeita à volatilidade interbloco, no período em análise esta é de facto mais elevada nas europeias (6,8) do que nas legislativas (5,7), mas bastante modesta nas autárquicas (2,6).

Analisando os casos da Grécia e da Espanha, e considerando a média total de volatilidade nas eleições nacionais e europeias durante um período de cerca de duas décadas (1981-1987 a 2004), Caramani concluiu que a volatilidade total foi mais elevada nas eleições nacionais do que nas europeias,⁴⁵ embora as diferenças sejam bastante pequenas. No caso português, a média da volatilidade total era muito mais elevada nas eleições nacionais do que nas europeias. O autor concluiu o oposto relativamente aos 12 Estados membros da UE: a volatilidade mais elevada era geralmente encontrada nas eleições europeias, à exceção da Finlândia, do Luxemburgo e da Holanda.

Numa perspetiva geral comparada e longitudinal, a nível nacional, a Grécia, Portugal e Espanha apresentam algumas das eleições mais voláteis ocorridas nos países da Europa ocidental entre 1975 e 2002.⁴⁶ Tal é certamente um indicador da sua natureza de regimes democráticos recentes, nos quais os padrões de comportamento eleitoral não se encontravam ainda estabilizados. No entanto, através da análise da volatilidade eleito-

⁴⁵ Caramani, «Is there a European electorate...».

⁴⁶ Richard Gunther, «As eleições portuguesas em perspetiva comparada: partidos e comportamento eleitoral na Europa do Sul», in *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*, coords. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro C. Magalhães (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004), 35-86.

Quadro 6.5 – Volatilidade eleitoral nas eleições europeias em Portugal, 1987-2014

	1987	1989	1994	1999	2004	2009	2014
Volatilidade total*	–	11,3	9,5	9,0	7,2	18,4	19,7
Volatilidade interbloco**	–	6,5	1,4	7,6	4,4	9,1	11,8

Fontes: Dados das estatísticas eleitorais oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e da Direção Geral da Administração Interna (DGAI-MA), ex-STAPE-MAI, tratados em Freire, «European integration (...)»; Freire «The condition of Portuguese (...)»; Freire e Santana Pereira «More esconda ordem (...)».

Notas:

*Volatilidade total (VT) = $(\frac{1}{2}PiV^{1/2} + \frac{1}{2}PjV^{1/2} + \frac{1}{2}PkV^{1/2} + \frac{1}{2}PmV^{1/2} + \frac{1}{2}PnV^{1/2})/2$, em que PiV representa a mudança, em termos absolutos, no voto agregado para um partido entre duas eleições consecutivas, in Bartolini e Mair, «*Identity, Competition...*»

**Volatilidade interbloco (VB) = $(\frac{1}{2}P(iV + jV + kV)^{1/2} + \frac{1}{2}P(lV + mV + nV)^{1/2})/2$, em que $P(iV + jV + kV)$ representa a mudança líquida, em termos absolutos, na votação agregada nos partidos i , j e k – todos eles do mesmo bloco – entre duas eleições consecutivas, in Bartolini e Mair, «*Identity, competition...*»

ral em cada eleição, desde a primeira eleição democrática até 2002,⁴⁷ conclui-se que, se as eleições europeias tiveram efetivamente algum efeito na instabilidade do comportamento eleitoral e, portanto, na estabilização de cada um dos três sistemas partidários, esse efeito terá sido mínimo.

Em termos de volatilidade total, os níveis mais elevados são observados antes de terem lugar as primeiras eleições europeias (e também, em simultâneo, nos casos grego e português: 1981 e 1987, respetivamente). Estes níveis de volatilidade deveram-se a mudanças em termos de oferta política: na Grécia, em 1981 dá-se o colapso da União do Centro Democrático (EDIK) e a ascensão do Movimento Socialista Pan-helénico (PASOK); em Portugal, em 1985 e 1987 ocorre a ascensão e queda do PRD e a ascensão do PSD; por fim, em Espanha, em 1982 verifica-se o colapso da União do Centro Democrático (UCD – *Unión de Centro Democrático*) e a ascensão do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE – *Partido Socialista Obrero Español*). É necessário dizer que, em Portugal, as eleições que tomam lugar depois de 2002 apresentam níveis de volatilidade bastante elevados, fazendo com que, em média, as eleições que ocorreram após 1987 sejam mais voláteis (13,4) do que as que ocorreram antes da primeira eleição europeia (10,4). No entanto, o aumento da volatilidade total média no período de 2005-2015 ocorre quase duas décadas após as primeiras europeias, e deve-se sobretudo a uma elevada volatilidade interbloco que interpretamos como decorrente, entre outras

⁴⁷ Gunther, «As eleições portuguesas...».

Quadro 6.6 – Volatilidade eleitoral nas eleições legislativas em Portugal, 1975-2015

	1975	1976	1979	1980	1983	1985	1987	1991	1995	1999	2002	2005	2009	2011	2015
Volatilidade total	-	8,6	8,0	4,0	9,9	21,3	22,3	13,6	19,4	2,6	8,9	12,9	8,9	13,4	13,8
Volatilidade interbloco	-	5,0	0,5	2,1	4,2	0,2	7,6	3,3	6,9	2,1	7,9	12,1	4,3	11,3	11,8

Fonte: V. quadro 6.5.

Notas: V. quadro 6.5.

Quadro 6.7 – Volatilidade eleitoral nas eleições autárquicas em Portugal, 1976-2013

	1976	1979	1982	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009	2013
Volatilidade total	-	11,1	5,8	11,3	9,2	5,3	3,9	6,2	5,1	4,6	7,0
Volatilidade interbloco	-	5,5	4,2	1,3	0,3	1,5	0,7	4,7	2,4	1,6	3,7

Fonte: V. quadro 6.5.

Notas: V. quadro 6.5.

coisas, de insatisfação com um governo de direita e voto num grande partido de esquerda (ou vice-versa). Depois, se é verdade que os níveis de volatilidade total mais elevados acontecem nas eleições simultâneas de 1987 ou naquelas que ocorrem imediatamente depois, convém salientar que os níveis de volatilidade de 1985 foram também bastante elevados e que os realinhamentos em termos de comportamento de voto entre 1985 e 1987 devem-se mais à ascensão e queda de um partido jovem (o PRD) do que ao efeito disruptivo da ocorrência de uma eleição de segunda ordem.

A volatilidade agregada é uma medida imprecisa da mudança eleitoral, uma vez que subestima as mudanças nas preferências políticas dos indivíduos: muitas mudanças de sentido de voto podem anular-se umas às outras, tornando-se invisíveis através da análise dos dados agregados. Por isso, nos próximos parágrafos iremos verificar se as bases sociais e ideológicas do voto são mais fracas nas eleições de segunda ordem que nas de primeira ordem, indicando assim uma maior probabilidade de mudança de voto entre esquerda e direita nas eleições de segunda ordem. Uma vez que queremos testar a propensão dos eleitores para atravessar a fronteira esquerda-direita (ou seja, a situação de máxima volatilidade possível com a mudança de campo ideológico da esquerda para a direita, ou vice-versa), no quadro 6.8 utilizamos o voto em partidos de esquerda (0) e de direita (1) em cada tipo de eleição como variável dependente. As variáveis independentes incluem vários indicadores das âncoras sociais da identificação partidária (v. notas do quadro 6.8) e da ideologia. Este

Quadro 6.8 – Comportamento eleitoral em eleições europeias e legislativas, 2009 e 2014: o impacto da posição na estrutura social, religiosidade e ideologia (Regressões logísticas)

Variáveis independentes	Legislativas 2009	Legislativas 2014 (hipotéticas)	Europeias 2009	Europeias 2014
Ideologia	0,57***	0,85***	0,88***	0,89***
Educação	0,41***	0,51*	0,03	0,48
Classe social subjetiva	-0,09	0,20	0,28	0,29
Religiosidade	0,20*	0,01	0,33***	-0,08
Pseudo R^2 (Nagelkerke)	0,42	0,54	0,61	0,55
N válido	492	425	399	298

Fontes: Freire, «European integration...». Atualização dos autores para 2014, usando dados do *European Election Study* (EES) 2009 e 2014 e do *Portuguese National Election Study*, 2009, v. www.piredeu.eu e www.ics.ul.pt

Notas:

As variáveis dependentes são o comportamento de voto em eleições europeias ou legislativas recodificado como esquerda (0) e direita (1). O posicionamento dos partidos em termos de esquerda e direita foi feito utilizando a perceção dos eleitores da posição dos partidos na escala esquerda-direita. Variáveis independentes: (a) autoposicionamento na escala esquerda (1) / direita (10); (b) educação – idade em que o eleitor deixou de estudar (anos); (c) classe social subjetiva – de (1) classe baixa a (5) classe alta; (d) religiosidade: frequência de serviços religiosos – de (1) nunca até várias vezes por semana (5).

No caso do modelo que usa dados do *Portuguese National Election Study*, foram usadas as mesmas variáveis independentes mas por vezes com definições operacionais diferentes

Significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,1$;

exercício é feito para dois pares de eleições recentes: as de junho e setembro de 2009 e maio de 2014 (comportamento de voto real nas europeias e hipotético numa legislativa a ocorrer no mesmo período).

Os resultados apresentados na quadro 6.8 permitem observar que as escolhas de voto nas eleições legislativas de 2009 assentaram menos em fatores ideológicos e sociais do que nas eleições europeias de 2009. Já em 2014 não existem grandes diferenças em termos da variância explicada por este modelo nas escolhas de voto feitas nas europeias e nas legislativas hipotéticas.

Em períodos anteriores, qual é o padrão observável? Os resultados da aplicação de um modelo semelhante a dados individuais recolhidos na Grécia, Espanha e Portugal, apresentados noutra texto,⁴⁸ revelam que, por vezes, o voto está mais ancorado nas eleições europeias do que nas legislativas (Grécia); contudo, por vezes o contrário é verdade (Portugal e Espanha). No caso da Grécia e de Portugal, as comparações entre elei-

⁴⁸ Freire e Teperoglou, «European elections...».

ções legislativas e europeias num período de tempo prolongado (1985-87 e 2004 respetivamente para a Grécia e Portugal) levam à conclusão de que «por vezes, as pessoas inclinam-se mais a mudar o seu voto de um bloco partidário/ideológico para outro nas eleições europeias do que nas legislativas; noutras ocasiões o oposto é verdadeiro. Assim, pode concluir-se que o fenómeno está, em larga medida, dependente da conjuntura política».⁴⁹

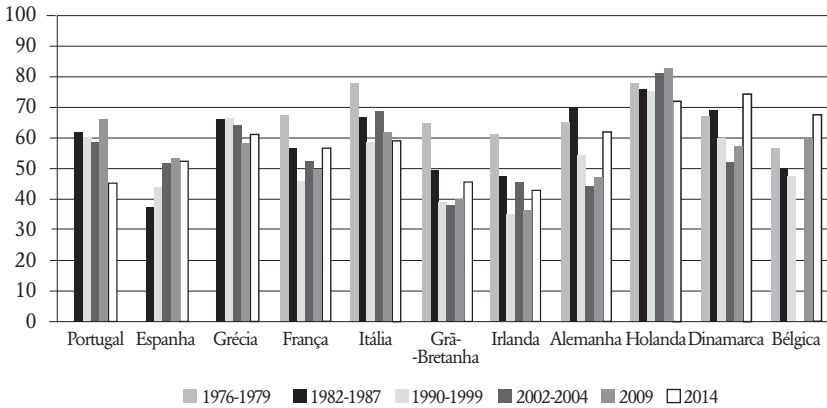
Em suma, os níveis de deserção não são necessariamente mais elevados nas eleições europeias do que nas legislativas, porque dependem da conjuntura política. Para além disso, os níveis mais altos de deserção em eleições legislativas, tanto em Portugal como nas duas outras democracias recentes da Europa do Sul, ocorreram antes das primeiras eleições europeias (ou, no caso português, logo depois mas também várias décadas depois das mesmas), não sendo, por isso, devidos à ocorrência de eleições europeias. As eleições europeias parecem ter tido um contributo muito ténue para os níveis de instabilidade do comportamento eleitoral em eleições legislativas, pelo que o seu impacto na estabilização dos sistemas partidários nestes três países, nomeadamente em Portugal, parece ser negligenciável.

Um indicador mais direto dos níveis de alinhamento partidário num país é oferecido pela percentagem de cidadãos que se identificam com um partido político. Na figura 6.1 são apresentados dados relativos aos níveis de identificação partidária nas três democracias recentes da Europa do Sul entre os anos de 1970 (ou 1980, de acordo com a disponibilidade dos dados) e 2014, em comparação com outras democracias consolidadas da Europa ocidental. Através desta figura, observamos que há uma tendência generalizada descendente em termos de identificação partidária nos eleitorados europeus, com exceção da Espanha, Holanda, Dinamarca e Bélgica. Algumas das causas explicativas desta tendência foram explicadas por Schmitt e Holmberg; os níveis de deserção nas eleições europeias não se encontram entre as causas identificadas, pelo que esta hipótese não foi ainda testada.⁵⁰

⁴⁹ Freire e Teperoglou «European elections...» (nossa tradução).

⁵⁰ Hermann Schmitt e Sören Holmberg, «Political parties in decline?», in *Citizens and the State*, coords. Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs (Oxford: Oxford University Press, 1995, 1998), 95-133; v. também Martin Wattenberg e Russell J. Dalton, *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies* (Oxford: Oxford University Press, 2000).

Figura 6.1 – Identificação partidária na Europa, 1976-2014



Fonte: Freire, «Left-right ideological...», e dados do *European Election Study* de 2009 e 2014 analisados pelos autores para os pontos temporais mais recentes (v www.piredeu.eu).

Até 2009, tanto Portugal como a Grécia apresentam algumas das menores tendências de declínio na identificação partidária na Europa, tão baixas que não têm nem significância estatística nem relevância concreta. No caso destes dois países, será, pois, melhor falar de estabilização do que de declínio.⁵¹ No entanto, em 2014, os níveis de identificação partidária em Portugal caem a pique. Assim, pelo menos para as três democracias da Europa do Sul, não é possível estabelecer uma relação entre um potencial declínio em termos de identificação partidária e as taxas de deserção nas eleições europeias, dado que ou não se verifica um declínio na identificação partidária (Espanha) ou esse declínio é pouco pronunciado (Grécia e, até 2009, Portugal).

No caso de Portugal em 2014, o acentuado decréscimo parece-nos estar menos relacionado com um impacto da ocorrência de eleições de segunda ordem e mais com as consequências políticas da crise económica e financeira, nomeadamente com a forma como os atores políticos lidaram com a dita crise.⁵² Convém lembrar que, em Portugal, a crise não

⁵¹ Freire, «Left-right ideological...».

⁵² André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas, «A gestão política das crises, os mandatos dos governos e a representação política», in *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, coords. André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (Lisboa: Assembleia da República, coleção «Parlamento», 2015), 19-48; Catherine Moury e André Freire, «A política e as políticas de austeridade: o caso português», in *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, coords. André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (Lisboa: Assembleia da República, coleção «Parlamento», 2015), 117-136.

Quadro 6.9 – Identificação partidária em Portugal, 1994-2014 (%)

Identificação partidária	1994	1999	2004	2008	2009	2012	2014
Sim	71,4	57,2	65,7	58,1	66,0	48,2	45,4
Não/não sabe/não responde	28,6	42,8	34,3	41,9	34,0	51,8	54,6
N	100	100	100	100	100	100	100
N absoluto	(1000)	(500)	(1000)	(1350)	(1000)	(1209)	(1033)

Fontes: Eurobarómetro 41.1: 1994 (1994 *mass survey*); *European Election Study* 1999, 2004, 2009 (1999, 2004 and 2009 *mass surveys*); André Freire, José Manuel Leite Viegas e Filipa Seiceira, *Representação Política em Portugal: Inquéritos e Bases de Dados* (Lisboa: Sextante, 2009).

Notas: Com pequenas diferenças, a mesma pergunta foi aplicada em cada um dos inquiridos ("Considera-se próximo de algum partido em particular?").

levou à afirmação de um novo e forte partido de protesto da mesma maneira que em Espanha, Grécia ou até Itália. Por esse motivo, enquanto nestes últimos países algumas pessoas propensas a identificar-se com um partido poderão ter mudado de partido, em Portugal terão pura e simplesmente deixado de se identificar com partidos políticos. O facto de, em Portugal, o grande decréscimo na percentagem de pessoas que se identificam com um partido ter ocorrido entre 2009 e 2012 (ou seja, antes e depois do pedido de resgate e da assinatura do memorando de entendimento com a troika), corrobora esta nossa leitura dos dados (quadro 6.9).

A inversão da tendência (no sentido contrário à política maioritária) que encontramos a partir de 2009 pode ser analisada também com base em dados sobre a identificação partidária. Os dados sobre a distribuição dos alinhamentos partidários apresentados no quadro 6.10 apontam para uma tendência inversa à da política maioritária em 2009. A percentagem conjunta de pessoas que se identificam com o PS ou com o PSD, tomados conjuntamente, oscilou entre 85 (em 1994 e 2004) e 87% (1999) no primeiro período, mas entre 2008 e 2009 houve uma rapidíssima e drástica redução na concentração de alinhamentos partidários nos dois maiores partidos (de 81 para 70%), que se mantém em 2012 (66%) e, em menor medida, 2014 (74%) (quadro 6.10). O declínio na identificação partidária com os dois maiores partidos deve-se sobretudo ao crescimento da identificação com a esquerda radical (PCP e BE): de 5,7% em 1994 para 24%-30% em 2009-2014. Os realinhamentos começam por afetar primeiro o PS, numa transferência de preferências no sentido da esquerda do espectro ideológico; no entanto, nos últimos cinco anos, terá havido um esvaziamento das fileiras sociais-democratas (PSD), que, não tendo beneficiado o partido à sua direita, levaram a uma reafirmação do PS como partido mais popular (quadro 6.10).

Quadro 6.10 – Identificação partidária em Portugal por partido, 1994-2014 (%)

Identificação partidária	1994	1999	2004	2008	2009	2012	2014
BE	–	0,8	6,0	4,8	13,5	15,8	6
CDU/PCP	8,9	4,9	4,6	10,2	11,9	14,2	17,9
PS	48,3	53,0	47,5	44,2	29,7	45,2	49,3
PSD	36,6	34,5	37,0	37,1	40,1	20,7	24,9
CDS-PP	5,4	6,3	4,0	2,3	4,5	2,6	1,5
Outros	0,8	0,5	1,1	1,4	0,2	1,5	0,4
<i>N</i>	100	100	100	100	100	100	100
<i>N</i> absoluto	(646)	(286)	(657)	(785)	(660)	(583)	(469)

Fontes: V. quadro 6.9.

Notas: V. quadro 6.9.

Em suma, por três razões principais, a evolução dos alinhamentos partidários entre 1994 e 2014 dificilmente se pode considerar um resultado da natureza de segunda ordem das eleições europeias na formação de identidades partidárias dos cidadãos portugueses. Primeiro, porque essas mudanças ocorreram várias décadas depois da transição de Portugal para a democracia e depois de uma série de eleições para o Parlamento Europeu: assim, dificilmente se poderá dizer que são o resultado do impacto das europeias nos primórdios da formação das identificações partidárias dos cidadãos portugueses. Segundo, porque as mudanças nos alinhamentos partidários em 2009 são sobretudo o resultado de mudanças à esquerda e à direita do espectro ideológico (primeiro declínio da proporção de pessoas que se identificam com o PS e simultâneo aumento na percentagem de pessoas que se afirmam próximas dos partidos de esquerda radical, e depois um declínio nos níveis de identificação com o PSD).⁵³ Terceiro, porque estas últimas mudanças são sobretudo o resultado das circunstâncias políticas específicas do período entre 2005 e 2014, que tiveram um impacto tanto nas eleições europeias como nas legislativas.

A primavera de 2009 parece ser de facto um ponto de viragem na política portuguesa. As eleições europeias deste ano foram marcadas por algumas características interessantes. Em primeiro lugar, o governo do PS em exercício recebeu o seu maior castigo de sempre nas eleições europeias. Isto deveu-se em parte à crise económica, que também estava presente noutros países europeus (a dura punição dos partidos em exercício governativo, especialmente os de facção centro-esquerda, marcou esta eleição). Em segundo lugar, a vitória do PSD e a punição do PS não foram

⁵³ Freire, «A new era...».

previstas pelas sondagens. Em terceiro lugar, a quase extinção do CDS-PP prevista por muitas sondagens não se confirmou nos resultados finais. Em quarto lugar, os partidos de esquerda radical, BE e PCP, receberam uma proporção muito elevada dos votos (21.3%). Em quinto, o BE mais do que duplicou a sua percentagem de votos (de 5,1% em 2004 para 10,7% em 2009) e foi um dos principais vencedores destas eleições para o Parlamento Europeu. Em sexto, o PS e o PSD juntos receberam a percentagem mais baixa nas eleições europeias desde 1987 (58.2%).⁵⁴ Como vimos, os dados sobre a distribuição da identificação partidária de 1994-2009 também apontam para uma tendência contrária à política maioritária: o declínio na percentagem de cidadãos identificados com os dois maiores partidos, devido principalmente ao declínio na percentagem de cidadãos identificados com o PS e a um aumento na percentagem de cidadãos identificados com os partidos da esquerda radical.⁵⁵

Dois dos fatores mais curiosos nas eleições europeias de 2009 – o castigo do governo em exercício e a mudança do formato do sistema partidário (afastando-se do formato maioritário existente desde 1987) – refletiram-se pelo menos parcialmente nas eleições legislativas desse ano (mais o último elemento do que o primeiro), mostrando, assim, que as eleições europeias funcionaram como uma espécie de primárias das eleições nacionais. No entanto, os resultados das eleições europeias não foram totalmente replicados nas eleições legislativas que se seguiram: o nível de castigo do partido em exercício governativo foi muito mais baixo – o partido vencedor foi o incumbente (o PS). Assim, neste aspeto específico, as eleições europeias não funcionaram como primárias das eleições nacionais que se seguiram.⁵⁶

Uma comparação entre o seguinte par de eleições temporalmente mais próximas (europeias de 2014 e legislativas de 2015) levaria à conclusão oposta – as europeias não serviram de maneira nenhuma como primárias das legislativas, por uma série de razões: a coligação incumbente perdeu as primeiras e foi a força política mais votada nas segundas; o BE viu a sua percentagem de votos aumentar cerca de 100% no espaço de um ano; o principal partido da oposição, o PS, mudou a sua liderança, com os devidos impactos em termos de potencial eleitoral, e alguns dos novos partidos que pareciam promissores com base nos resultados de 2014 (o Livre e a formação partidária criada por Marinho Pinto, o PDR) acabaram por ter, nas legislativas, resultados muito modestos.

⁵⁴ Freire, «A new era...».

⁵⁵ Id., *ibid.*

⁵⁶ Id., *ibid.*

Conclusões

Em 25 de abril de 1974, Portugal iniciou a denominada terceira vaga da democratização mundial. A Grécia (novembro de 1974) e a Espanha (1975) rapidamente se juntaram a este processo. Os três países partilham uma herança autoritária que é muito mais longa nos casos de Portugal e da Espanha do que no caso da Grécia. Cerca de sete a dez anos depois das suas primeiras eleições democráticas, cada um destes países realizou as suas primeiras eleições para o Parlamento Europeu. A principal questão que norteou a análise apresentada neste capítulo foi a seguinte: que ilações se podem retirar do estudo longitudinal e comparado das eleições europeias nas democracias recentes da Europa do Sul, no que respeita às relações entre o comportamento eleitoral nas eleições de primeira e de segunda ordem, que sejam úteis tanto às democracias em consolidação como às consolidadas? Mais concretamente, que lições podem retirar deste estudo as democracias pós-comunistas que aderiram à UE em 2004, 2007 e 2013?

O principal objetivo deste capítulo foi o de avaliar o impacto do comportamento de voto nas eleições europeias na estabilização das bases da identificação partidária em democracias recentes. Nestas democracias, especialmente durante as primeiras décadas, a ocorrência de eleições europeias, que criam um contexto de oportunidade para votar com o coração ou a bota sem grandes consequências, pode ter um impacto pouco positivo em termos de consolidação daquelas bases e, conseqüentemente, de estabilização do sistema partidário. O enfoque do estudo foi colocado em Portugal (enquanto exemplo das democracias recentes da Europa do Sul) desde os primórdios da adesão à UE (então CEE), porque nas democracias da Europa central e de Leste as eleições europeias não acontecem há tempo suficiente para que se possa proceder a uma análise longitudinal com mais de três pontos temporais.

Por fim, visto que a teoria das eleições de segunda ordem não faz quaisquer previsões em termos de inter-relações de longo prazo entre o comportamento eleitoral nas eleições nacionais e europeias, o estudo aqui apresentado pode ser considerado inovador. Acresce que, tanto quanto sabemos, o único estudo longitudinal sobre este tema utiliza apenas medidas de volatilidade a nível agregado.⁵⁷

⁵⁷ Caramani, «Is there a European electorate...».

Vários padrões observados merecem destaque. Em primeiro lugar, com a parcial exceção da Espanha, os partidos políticos têm desempenhos diferentes nas eleições legislativas e europeias: os grandes partidos têm melhores desempenhos nas eleições de primeira ordem do que nas europeias, enquanto no caso dos partidos de média e pequena dimensão tende a acontecer precisamente o contrário. Schmitt encontrou um quadro diferente nas oito democracias pós-comunistas em consolidação que participaram nas eleições europeias pela primeira vez em 2004: o formato do sistema partidário não era significativamente diferente nas eleições legislativas e europeias.⁵⁸ Quais são as razões para estas diferenças entre as democracias pós-comunistas e Portugal, mas também Grécia e Espanha? A razão mais provável é o distinto grau de institucionalização do sistema partidário na Europa do Sul e na Europa central e de Leste (ainda que a situação na Europa central e de Leste não seja homogênea, com alguns sistemas mais estabilizados do que outros). Ou seja, coloca-se aqui uma hipótese que carece de maior desenvolvimento em futuros estudos: aquando da primeira eleição europeia, os níveis de institucionalização do sistema partidário eram significativamente mais elevados no primeiro conjunto de países do que no segundo.

A conclusão mais importante a retirar do estudo do caso português, no que respeita ao impacto dos fatores nacionais no comportamento eleitoral europeu, é que este impacto não é apenas de curto, mas também de longo prazo.⁵⁹ Comparando as eleições legislativas e europeias, em termos das tendências do NEPE, concluímos que em Portugal (mas também em Espanha) a tendência maioritária no sistema partidário durante as eleições legislativas – em vigor desde finais dos anos 80/inícios dos anos 90 até 2005 (Portugal) ou 2015 (Espanha) – reflete-se nas competições europeias. Ademais, esta viragem na tendência maioritária em Portugal a nível das legislativas ocorre em simultâneo com uma maior fragmentação das escolhas eleitorais também nas europeias, quer em 2009, quer nas eleições seguintes.

Embora as repercussões das tendências das eleições legislativas nas eleições europeias, que observámos em Portugal, não tivessem sido previstas pelo modelo eleitoral de segunda ordem, o fenómeno pode, contudo, ser incluído nesse quadro teórico: se alguns partidos perdem a sua força na arena política mais importante (o nível nacional), isto tenderá a contaminar outros níveis de poder (nomeadamente o europeu). Assim, en-

⁵⁸ Schmitt «The European Parliament...».

⁵⁹ Sobre o *spill-over* das tendências maioritárias (e o seu *rationale*) das eleições legislativas para as eleições de segunda ordem, v. Freire e Teperoglou, «European elections...».

tendemos que futuros estudos sobre eleições de segunda ordem deverão investigar os impactos a longo prazo dos fatores nacionais nas eleições europeias em mais países, particularmente em termos do formato do sistema partidário.

Os resultados sugerem ainda que o facto de o modelo das eleições de segunda ordem tentar explicar diferenças no comportamento eleitoral entre as eleições nacionais e europeias é um problema, visto que, excetuando o caso de alguns países, estas diferenças são geralmente pequenas. Assim, em estudos futuros devemos talvez focar-nos mais em explicar a ausência de grandes diferenças entre o voto nas eleições europeias e nas eleições nacionais.

O segundo padrão empírico mais importante é especialmente relevante para as democracias em consolidação. Relaciona-se com o impacto a longo prazo do comportamento eleitoral nas eleições europeias nas bases do partidarismo e está relacionado com as quatro principais conclusões deste capítulo. Primeiro, os níveis de deserção não são necessariamente mais elevados nas eleições europeias do que nas legislativas, uma vez que estão dependentes do contexto político concreto em que as eleições tomam lugar. Segundo, os níveis mais elevados de deserção em eleições legislativas na Grécia, Portugal e Espanha registaram-se antes das primeiras eleições europeias (ou simultaneamente, ou várias décadas depois, sem tendência linear de crescimento); consequentemente, estas últimas eleições não poderiam ter tido qualquer efeito significativo na deslealdade daquele comportamento eleitoral a nível nacional. Terceiro, as eleições europeias tiveram apenas um efeito menor na instabilidade do comportamento eleitoral legislativo, e, assim, apenas se pode dizer que tiveram um efeito menor na estabilização dos sistemas políticos e partidários em cada um destes três países. Quarto, pelo menos nas três recentes democracias da Europa do Sul, o declínio na identificação partidária não pode resultar das taxas de deserção nas eleições europeias, ou porque não houve declínio na identificação partidária (Espanha), ou porque o declínio é ligeiro (Grécia e Portugal até 2009) e contextual (Portugal, 2012-2014)

Tanto a semelhança do formato do sistema partidário entre as eleições nacionais e as europeias como a falta de qualquer impacto significativo das taxas de deserção nas eleições europeias nas bases do partidarismo nas democracias recentes da Europa do Sul podem ser atribuídas aos níveis reduzidos de euroceticismo manifestado na arena europeia.⁶⁰ O caso

⁶⁰ Cees Van Der Eijk e Mark N. Franklin, «Potential for contestation on European matters at national elections in Europe», in *European Integration and Political Conflict*, coords. Gary Marks e Marco R. Steenbergen (Cambridge: Cambridge University Press, 2004), 32–50.

pode ser diferente em, pelo menos, alguns dos novos Estados membros de Leste, onde o euroceticismo é mais generalizado.⁶¹ Há evidência de que, em média, pelo menos até 2004, os países da Europa de Leste e central eram mais polarizados do que os países ocidentais, Europa do Sul incluída, tanto em termos da divisão esquerda-direita como em termos de temas europeus.⁶²

Uma ilação importante para as democracias pós-comunistas em consolidação que aderiram recentemente à UE é a seguinte: devido à sua natureza de segunda ordem,⁶³ as eleições europeias não parecem ter um forte efeito no comportamento eleitoral em eleições legislativas ou na estabilidade ou institucionalização dos sistemas políticos e partidários em novas democracias. No entanto, estes efeitos foram analisados tanto em Portugal como nas duas outras democracias recentes que, à data das suas primeiras eleições europeias, já tinham um sistema partidário praticamente estabilizado. Os efeitos do comportamento de voto europeu nas eleições legislativas podem ser diferentes em sistemas em que o sistema partidário não esteja ainda (completamente) estabilizado.

Para além disso, quando há mais polarização em torno de questões europeias, como parece ser o caso pelo menos de alguns países da Europa central e de Leste, é mais provável que aquilo que acontece a nível europeu possa contaminar os sistemas partidários a nível nacional e, conseqüentemente, nestes casos, a europeização tem mais probabilidade de influenciar a política partidária nacional. Assim, é ainda necessária investigação mais aprofundada a respeito destas questões – e os novos Estados membros pós-comunistas fornecerão um bom laboratório para esse efeito.

⁶¹ Paul Taggart e Aleks Szczerbiak, «Contemporary Euroscepticism in the party systems of European Union candidate states of central and eastern Europe», *European Journal of Political Research* 43, 1 (2004): 1-27.

⁶² André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães, «The clarity of policy alternatives, left-right and the European Parliament vote in 2004», *The Journal of European Integration*, 31, 5 (2009), 665-683.

⁶³ Há uma grande diferença entre a participação nas primeiras eleições europeias que tiveram lugar na Grécia (81,5%, com voto obrigatório), Portugal (51,3% nas segundas eleições, visto que as primeiras foram realizadas em simultâneo com as eleições legislativas) e Espanha (68,5%) face às eleições europeias de 2004 nos oito países pós-comunistas (que tiveram uma média de participação de 31%). Na Roménia e Bulgária, a participação nas primeiras europeias (2007) foi de 29,5% e 28,5%, respetivamente, enquanto na Croácia (2013) apenas 20% dos eleitores votaram nas eleições inaugurais. No entanto, a participação não é um tópico analisado neste capítulo e, por isso, a explicação desta diferença é uma questão para investigação futura.